

Leopoldo Silva



Malta (à esq., ao lado de assessor): comissão encontra-se hoje com Lula

## CPI terá informações sobre usuários da sala *Incesto*

A CPI da Pedofilia aprovou ontem requerimento em que pede a transferência do sigilo telemático do conteúdo dos diálogos e o registro de acesso dos usuários que utilizam a sala *Incesto*, mantida pelo provedor Universo On Line (UOL).

O requerimento determina que deverão ser enviados à CPI os arquivos com textos, fotos e mensagens veiculados na sala de bate-papo durante todo o período em que esteve ativa e informações sobre o endereço eletrônico de cada usuário que dela participou, além dos dados dos responsáveis pela criação e administração da sala *Incesto*.

Durante a votação do requerimento, o presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES), adiantou que a direção do UOL aguardava a aprovação da matéria para o envio dos dados. Segundo ele, a CPI deverá se reunir com a direção do provedor no dia 12, em São Paulo.

Também foi aprovado requerimento que solicita a empresas de telefonia o repasse de informações relativas a 805 usuários da internet. Esse total foi obtido a partir de triagem feita pelos técnicos da comissão e da Polícia Federal no material encaminhado pelo Google à CPI da Pedofilia,

composto por 3.264 álbuns em páginas eletrônicas hospedadas no *site* de relacionamentos Orkut.

Na mesma reunião, foram acatados dois requerimentos que convocam Márcio Aurélio Toledo e David Malero Júnior a depor na comissão, em data a ser definida. Os dois são suspeitos da prática de pedofilia, conforme investigações da Polícia Civil de São Paulo.

Outro requerimento aprovado solicita à juíza da Vara Criminal da comarca de Ubaitaba (BA) Andréa Teixeira Lima cópia dos autos de ação penal movida contra Domingos Mendes de Araújo por prática de pedofilia e abuso sexual de crianças.

### Com Lula

Durante a votação dos requerimentos, Magno Malta voltou a defender a tipificação do crime de pedofilia e disse que hoje, às 15h, os integrantes do colegiado serão recebidos no Palácio do Planalto pelo presidente Lula, que ouvirá relato sobre o andamento dos trabalhos da CPI.

Na segunda-feira, os membros da comissão irão a Porto Alegre, onde manterão encontros com representantes de entidades, com a governadora Yeda Crusius e outras autoridades.

# Aprovado projeto que cria regras para ZPEs

Empresas autorizadas a operar em zonas de processamento de exportação ficam livres de sete impostos em importações e em compras no país

O Plenário aprovou no final da noite de ontem, com os votos contrários dos senadores do Amazonas, o projeto que regulamenta a isenção de impostos para empresas autorizadas a operar em zonas de processamento de exportação (ZPEs). O projeto teve como relator-revisor o senador José Sarney, que, quando pre-

sidente da República, iniciou a defesa da criação dessas áreas destinadas a produção para exportação. A matéria – que elimina o pagamento de sete impostos e contribuições em suas importações ou aquisições no mercado interno de bens e serviços – vai agora à sanção do presidente da República.

Página 3



Senadores da oposição observam Jucá (ao lado de Sarney, à esq.) discursar em defesa da proposta que regulamenta as ZPEs

## CCJ acolhe projeto que isenta carente de taxa de concurso

Proposta deve ser examinada agora pela Câmara dos Deputados. **Página 5**

## Mudança climática pode ter política nacional

Governo anuncia que enviará proposta ao Congresso ainda este mês. **Página 6**

## Garibaldi quer alternativa a contribuição

Mas reconhece que saúde em crise precisa de solução rápida. **Página 2**

Impresso Especial  
5362005/DR/BSS  
SENADO FEDERAL  
CORREIOS



À frente de Adelmir (2º à esq.), Garibaldi pede solução que não prejudique lojistas

Gerardo Magela

Jane Araújo

Em ato que criou a Frente Parlamentar dos Dirigentes Lojistas, Garibaldi afirma que não vê dilema entre ficar a favor da saúde e contra a contribuição sugerida pelo governo para financiar o setor

## Garibaldi quer alternativa à CSS, que Jarbas considera “desserviço ao país”

Ao discursar no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, durante o lançamento da Frente Parlamentar dos Dirigentes Lojistas, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, voltou a afirmar que existem alternativas mais eficazes que uma contribuição social para destinar recursos à saúde, um setor da administração pública que ele reconhece em crise.

– Os comerciantes varejistas não podem ser penalizados pela criação da CSS (Contribuição Social para a Saúde). A minha posição é clara. Não vejo nenhum dilema entre ficar a favor da saúde e contra a CSS.



Garibaldi: “Ninguém venha me colocar num canto da parede por causa disso”

Ninguém venha me colocar num canto da parede por causa disso – frisou o presidente.

Garibaldi disse que está pronto para, quando encerrar seu mandato no comando da instituição, enfileirar-se “na linha de frente desta frente”, no propósito de



Jarbas Vasconcelos afirmou que governo quer pôr Congresso de joelhos

dar seu apoio ao comércio lojista.

O vice-presidente da Frente Parlamentar, senador Adelmir Santana (DEM-DF), afirmou que o grupo vai envidar todos os esforços em favor dos comerciantes.

Já o presidente da frente,

deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC), disse em seu discurso que esse organismo não pretende ser apenas um movimento em favor de uma causa, mas efetivamente dar voz ao comércio varejista no Brasil.

### Críticas à CSS

A criação da CSS, em exame na Câmara dos Deputados, seria um desserviço ao país na opinião do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), para quem o governo “quer colocar o Congresso de joelhos”. O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou, em Plenário, que o povo brasileiro não quer mais novos impostos.

## Especialistas defendem mais debate para esporte radical

A discussão sobre o projeto de lei do Senado que estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura deve ser ampliada para que pontos da proposta sejam melhor esclarecidos. Essa foi a manifestação de especialistas em esportes radicais que participaram ontem de debate sobre a matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O relator, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), prometeu promover novas discussões, mas afirmou que os esportes radicais e de aventura necessitam ser regulamentados. A audiência pública destinou-se a instruir o projeto, de autoria do senador Efraim Morais (DEM-PB), que deverá ser votado pela Comissão de Educação em decisão terminativa. A proposição (PLS 403/05) já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Senadores pedem em simpósio urgência para reforma política

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a realização de uma reforma política “urgente” e disse que ela está em consonância direta com os interesses da população, que clama pela redução dos índices de corrupção na atividade pública. A declaração foi dada ontem no painel Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Em sua intervenção, Alvaro também defendeu a redução do número de senadores e deputados, estabelecendo a exata representatividade da população.

Ao participar de um segundo painel, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que é preciso definir de forma mais clara quais são os limites de influência que cada Poder exerce sobre o outro.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Profissões Liberais

Às 14h a sessão é deliberativa. Na hora do expediente, será feita homenagem aos 54 anos de fundação da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL). A pauta continua trancada por medidas provisórias.

### Oficiais de ex-territórios

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebe às 11h, no gabinete da Presidência da Casa, junto com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, um grupo de oficiais dos ex-territórios federais. Às 14, preside a hora do expediente em Plenário e, a partir das 16h, a ordem do dia.

### Impacto de tributos em debate na CDH

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 9h, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochman, discute

com os senadores o impacto da tributação na distribuição de renda. Logo após, a CDH analisa pauta de 12 itens, entre eles o projeto que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente.

### Ciclo de palestras

Às 9h terá início a continuação do ciclo de palestras da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre o controle público como instrumento de cidadania. O tema é “Instrumentos e Procedimentos de Controle 3 – as Organizações de Controle”.

### Mercosul

A Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul ouve, às 10h, o delegado permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul, em Montevidéu, embaixador Régis Arslanian, sobre negociações no âmbito dessas duas instituições.

### Indicações para embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota, às 10h, as indicações de Sérgio Augusto de Abreu para o cargo de embaixador do Brasil no México; de Clodoaldo Huguene Filho para a China,

a Mongólia e a Coreia; e Luiz Augusto Neves para o Japão. Na pauta encontra-se ainda a indicação de Roberto Carvalho de Azevedo para o cargo de delegado permanente do Brasil junto à OMC.

### Viação

Três dos sete itens em pauta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) – que se reúne às 10h – tratam do Plano Nacional de Viação.

### Cartões Corporativos

O relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, elaborado pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), deve ser votado às 9h na CPI.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Alvaro Dias, Gerson Camata, Augusto Botelho e Eptácio Cafeteira

## “Será difícil acordo para votar Fundo Soberano”

A respeito da intenção do governo de ver aprovada, antes do recesso, proposta de criação do Fundo Soberano do Brasil (FSB), o presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou ontem que “só um acordo de lideranças partidárias poderá permitir essa votação tão rápida”. No entanto, afirmou considerar “difícil” que o Senado tenha ambiente político para esse acordo.

Perguntado se a iniciativa desse fundo será boa para o Brasil, Garibaldi disse que ainda não se debruçou sobre a matéria, nem foi informado pelo governo sobre como ou quando o projeto chegará ao Legislativo.

Ainda em gestação pela equipe econômica, a idéia que embasa o Fundo Soberano é aproveitar o superávit primário, que está acima da meta, e guardar recursos para eventuais dificuldades econômicas. De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, esse fundo terá caráter eminentemente fiscal e permitirá o controle da inflação.

## Aprovados três novos ministros para o STJ

Os nomes de três indicados para vagas de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram aprovados ontem pelo Plenário. As vagas foram abertas com o falecimento do ministro Hélio Quaglia Barbosa e as aposentadorias dos ministros Francisco Peçanha Martins e Raphael de Barros Monteiro Filho.

Por 54 votos a quatro foi aprovada, primeiramente, a indicação de Luís Felipe Salomão, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, por 50 votos a três, o Plenário acolheu o nome de Mauro Luiz Campbell Marques, proveniente de lista enviada ao Poder Executivo pelo Ministério Público.

Por fim, foi aprovada a indicação de Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Projeto acolhido pelo Plenário elimina sete tributos para empresa que opera em zonas de processamento de exportação

# Aprovado projeto que regulamenta ZPEs

O Plenário aprovou no final da noite de ontem projeto que regulamenta a isenção de impostos para empresas autorizadas a operar em zonas de processamento de exportação (ZPEs). O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/08, proveniente da Medida Provisória (MP) 418/08, teve como relator-revisor o senador José Sarney (PMDB-AP) que, quando presidente da República (1985-1989), iniciou a defesa da implantação dessas áreas destinadas a produção para exportação. A matéria vai agora à sanção presidencial.

O PLV elimina o pagamento de sete impostos e contribuições em importações ou aquisições no mercado interno de bens e serviços. Além de alterar a Lei 11.508/07, que trata do regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, o PLV também modificou a Lei 8.256/91, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim

(RR). Embora a produção das ZPEs seja basicamente destinada à exportação, o PLV permite que as empresas instaladas nessas zonas vendam internamente até 20% de sua produção, arcando, nesse caso, com o pagamento de todos os impostos de que são isentas nos produtos exportados.

### Resistência

Na defesa da proposta, Sarney lembrou que o Decreto-Lei

2.452, por ele editado em 1988, criou ZPEs em todo o país, mas a resistência de empresas do Centro e do Sul do país deteve sua instalação. A idéia de criação das ZPEs voltou na discussão do Projeto de Lei do Senado 146/96, do ex-senador Joel de Holanda, que se transformou na Lei 11.508. O projeto foi aprovado no bojo de uma negociação na qual o governo se comprometeu a editar uma

Jereissati (PSDB-CE), Valter Pereira (PMDB-MS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Renato Arruda (PCdoB-CE), Inácio Casagrande (PSB-ES), Gim Argello (PTB-DF) e Romero Jucá (PMDB-RR). O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, também parabenizou José Sarney e os senadores do estado do Amazonas, pela posição contrária à proposta.



Sarney (entre Virgílio e Agripino) foi relator-revisor do projeto de lei de conversão que agora vai à sanção presidencial

medida provisória complementando algumas lacunas, MP que gerou o PLV agora votado.

### Apoio

Apoiaram o PLV e enalteciram a atuação de José Sarney os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), José Agripino (DEM-RN), Mário Couto (PSDB-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jayme Campos (DEM-MT), Delcídio Amaral (PT-MS), Marconi Perillo (PSDB-GO), Lúcia Vânia (PSDB-PR), Tasso

## Uma idéia chinesa que recebeu adesão de vários países

José Sarney lembrou que passou a defender a criação das ZPEs quando voltou de viagem à China, em 1988, ano em que aquele país tinha 15 ZPEs. Hoje, afirmou o senador, são 163, que produzem US\$ 1,7 trilhão, ou dois terços das exportações chinesas. Salientou que o resto do mundo aderiu à idéia: hoje há 184 ZPEs nos Estados Unidos, 62 nos países do ex-bloco comunista e também em várias nações sul-americanas, como o Uruguai, a Venezuela e o Chile.

Sarney ainda enfatizou que as zonas de processamento poderão impulsionar o desenvolvimento regional, melhorando as condições do Norte e do Nordeste. Ele observou que as ZPEs têm sua produção destinada exclusivamente ao mercado externo, principal diferença das zonas de livre comércio, como a Zona Franca de Manaus, cuja produção é destinada ao mercado interno. Como relator, disse que não poderia emendar o projeto.

## Defesa da Zona Franca une senadores do Amazonas

A proteção da Zona Franca de Manaus foi o grande argumento utilizado pelos três senadores do Amazonas para contestar o projeto sobre as ZPEs. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, disse que José Sarney, se quisesse, poderia, sim, emendar a matéria, que voltaria ao exame dos deputados ainda em tempo hábil. Para Virgílio, com a criação das ZPEs, o Amazonas “perde, e perde tudo”. Enfatizou que as indústrias eletroeletrônica e de motocicletas representam 90% da economia do Amazonas.

João Pedro (PT-AM) afirmou que a criação das ZPEs afronta determinações da constituição do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os impedimentos alegados por João Pedro foram contestados por Sarney, para quem o Mercosul regulamenta somente zonas aduaneiras, e a OMC apenas proíbe subsídios à exportação.

Jefferson Praia (PDT-AM)

salientou os possíveis efeitos ambientais negativos para o Amazonas com a aprovação do PLV.

Sarney contraditou os argumentos de Arthur Virgílio. De acordo com o ex-presidente da República, o PLV impede a transferência de indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus ao proibir a instalação, nas ZPEs, de fábricas com produção semelhante. Também citou o dispositivo que proíbe a venda dos 20% permitidos para o mercado interno, caso os produtos da ZPEs prejudiquem produção interna.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) alertou para a aprovação, no bojo do PLV, de artigo que não fez parte do acordo entre as partes envolvidas. Segundo ele, o texto concede 100% de isenção do Imposto de Renda para as fábricas instaladas nas ZPEs, nos cinco primeiros anos de funcionamento.

## Penalidade para empresa que descumprir norma

O projeto especifica os benefícios tributários para as zonas de processamento de exportação e as exigências para as empresas alcançarem os incentivos. Estes deverão ser aplicados na aquisição de bens e serviços a serem incorporados ao patrimônio delas. Caso essas empresas resolvam vendê-los, terão de pagar os tributos e a multa por descumprimento da legislação.

A beneficiária não poderá constituir filial ou participar de outra companhia localizada fora da ZPE, mesmo que seja para usufruir de incentivos previstos na legislação tributária.

Pelo PLV, as importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE também ficam sujeitas a novo tratamento administrativo, que consiste na dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles sanitários, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente.

Pela proposta, de autoria do senador paranaense Flávio Arns, o poder público disponibilizaria em seus portais, na internet, arquivos digitais de livros didáticos, técnicos, científicos e literários

## Acesso de portadores de deficiência visual à internet será facilitado

Os portadores de deficiência visual obtiveram uma vitória ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Os senadores aprovaram, por unanimidade, parecer favorável de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ao projeto de lei de Flávio Arns (PT-PR) que determina ao poder público disponibilizar na internet portal com arquivos digitais de livros didáticos, científicos, técnicos e literários.

Para evitar problemas com direitos autorais, a proposta, que altera a Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/00), prevê apenas a liberação de obras autorizadas pelos detentores dos respectivos direitos autorais e as que já



Senadores Arns (esq.), ACM Jr. e Gim Argello: projeto beneficiará 2,5 milhões de pessoas

se encontram em situação de domínio público. Pela matéria, os arquivos deverão possibilitar a conversão dos textos em áudio, mediante a utilização de sintetizador de voz, ou impressão no sistema braile.

Durante a votação do projeto, Flávio Arns lembrou que há cerca de 2,5 milhões de pessoas no Brasil com

algum tipo de deficiência visual.

Ao apresentar seu parecer, Antonio Carlos Júnior explicou aos parlamentares que o projeto vai melhorar a qualidade de vida dos deficientes visuais, que, antes da internet – para terem acesso a obras literárias –, dependiam de edições em braile ou da leitura dos textos por outras pessoas.

Os senadores Gim Argello (PTB-DF) e Virgínio de Carvalho (PSC-SE) elogiaram o projeto de lei, que originalmente foi apresentado pela então senadora Íris de Araújo. A proposição será ainda analisada por outras comissões permanentes do Senado.

## Fátima Cleide estranha prisão de sargentos homossexuais

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) leu nota da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, que reúne 236 deputados federais e senadores atuando no Congresso Nacional em defesa dos direitos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. De acordo com a nota, a Frente Parlamentar

recebeu “com perplexidade” a notícia da prisão dos sargentos do Exército Brasileiro Laci Marinho e Fernando Alcântara, que assumiram publicamente sua homossexualidade em entrevista que foi capa de uma revista semanal e depois em um canal de televisão.

Conforme Fátima Cleide, “a vulnerabilidade a que é submetida a população de orientação diversa da heterossexual dentro dos ambientes militares vem sendo intensamente discutida em nível mundial”. Por esse entendimento, acentuou, em países onde o estado de direito e o regime estão consolidados, essa vulnerabilidade tem sido superada de forma muito positiva.



Representantes de vereadores reúnem-se com Garibaldi Alves (C) e Pedro Simon

## PEC dos Vereadores não deve ter efeito nas próximas eleições, diz Garibaldi

Os líderes partidários no Senado decidiram ontem que a proposta de emenda à Constituição que aumenta o número de vereadores, mas reduz os gastos com as câmaras municipais do país (PEC 20/08), seguirá tramitação normal, ou seja, não será votada antes que se examinem as matérias que a antecedem por ordem de chegada.

Dessa forma, os senadores acreditam que há poucas chances de a mudança ser colocada em prática nas próximas eleições municipais. Para que as novas regras fossem implementadas já a partir do pleito de outubro, a PEC teria que ser aprovada até 30 de junho.

– Não havendo consenso, dificilmente ela será votada – afirmou

Garibaldi.

A proposta, aprovada na Câmara na semana passada em primeiro e segundo turnos, chegou ao Senado sob forte pressão dos Legislativos municipais do país, contrários ao texto. Na avaliação dos vereadores, que participaram da reunião de lideranças, a redução do limite de gastos às vésperas das eleições é inoportuna. Eles também alegam que o corte poderia inviabilizar o funcionamento de muitas câmaras.

– Acho que o Brasil não precisa de mais vereadores, precisa de mais eficiência e qualidade nos serviços, e isso não conseguiremos com um orçamento tão reduzido – disse o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo.

## Senado homenageia os 200 anos da imprensa brasileira

O Plenário do Senado realizou na última terça-feira sessão especial para celebrar os 200 anos da imprensa brasileira e homenagear o seu patrono, Hipólito José da Costa. O autor do requerimento, senador Pedro Simon (PMDB-RS), afirmou que a construção e a manutenção de uma sociedade democrática passam pela liberdade de expressão e por uma imprensa livre e independente.

Para Simon, que presidiu parte da sessão, a imprensa brasileira possui uma história “rica e emocionante”, que deve ser mais conhecida, para que a nossa própria história, como nação, seja mais bem compreendida. O senador também observou que a imprensa deve continuar cumprindo o seu papel de estimular o debate e o pluralismo de idéias, “salutares para os regimes democráticos”.

Simon lembrou os jornalistas que lutaram para defender suas idéias e a liberdade de expressá-las – a exemplo de Barbosa Lima Sobrinho e de Wladimir Herzog, este vitimado pelo regime militar –, ao mesmo tempo em que destacou a vida e a obra de Hipólito José da Costa, fundador do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, que criou em junho de 1808, em Londres, onde estava exilado.

### Educação

Outro senador que ocupou a tribuna para celebrar os 200 anos da imprensa foi Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele aproveitou as homenagens para pedir aos meios de comunicação que se unam na defesa de uma campanha pela

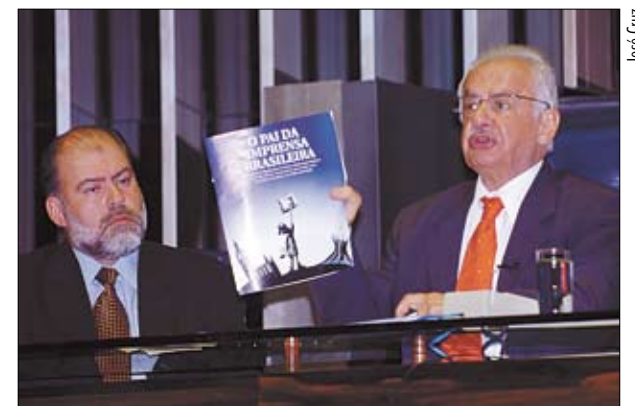
educação com qualidade, bem como a criação de um movimento, em nível nacional, contra o analfabetismo.

Já o senador Romeu Tuma (PTB-SP) condenou o seqüestro e a tortura de jornalistas, praticados por integrantes de milícia em uma favela do Rio de Janeiro. De acordo com ele, o fato representou um atentado contra a liberdade de imprensa. Tuma condenou também aqueles policiais que usam o poder de polícia para violentar direitos consagrados nas leis brasileiras, como a imprensa livre, salientando que a liberdade de imprensa “traz uma tranquilidade maior para toda a sociedade”.

### Democracia

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, também homenageou o bicentenário da imprensa brasileira. Segundo ele, passados 200 anos, “não podemos mais imaginar o funcionamento de nossa democracia representativa sem a contribuição de uma imprensa livre e atuante”. Garibaldi – que também é jornalista – destacou que até hoje permanece vivo o exemplo deixado por Hipólito José da Costa, ao afirmar: “Só a prosperidade do povo é que faz a prosperidade dos governos”.

Estiveram presentes à sessão, entre outros, o diretor do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais, Paulo Tonet Camargo; e o presidente do Conselho Superior da Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicação (Abratel), Roberto Wagner Monteiro.



Pedro Simon, autor do requerimento, presidiu grande parte da sessão

Aprovada em decisão terminativa, pode seguir diretamente para a Câmara matéria que facilita o acesso da população a seleções para o serviço público

Fotos: José Cruz



Presidida por Marco Maciel (esquerda, ao lado de José Agripino), reunião da Comissão de Constituição e Justiça foi marcada por intenso debate dos senadores em torno de matérias de interesse da sociedade e da administração

## Mudança em lei amplia controle de material de defesa

A partir de uma simples alteração do texto da lei que trata da organização da estrutura da Presidência da República e dos ministérios (Lei 10.683/03), o Ministério da Defesa deverá ter controle mais claro e abrangente sobre os processos de produção e comercialização de materiais de defesa. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que troca a expressão “material de emprego militar” por “produtos de defesa”, de sentido mais amplo, para se referir a um dos assuntos da competência dessa pasta ministerial.

A proposta (PLC 126/07), de iniciativa do Executivo e já aprovada pela Câmara dos Deputados, ainda precisa ser examinada pelo Plenário. A matéria foi relatada na CCJ pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que, ao defender a modificação, argumentou que a expressão “produtos de defesa” abrange gama mais complexa de materiais em relação ao que permite entender a terminologia em vigor. Argumentou, ainda, que a nova terminologia é mais apropriada aos dias atuais, vindo a substituir referência em desuso no plano mundial.

## Proposta que dispensa carente da taxa para concurso passa na CCJ

Projeto que dispensa do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos federais as pessoas com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta será enviada diretamente para o exame da Câmara dos Deputados caso não seja apresentado recursos para votação pelo Plenário do Senado.

O texto original, de iniciativa

da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), estabelecia que o benefício seria concedido para aqueles com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Mas, após os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Valter Pereira (PMDB-MS) sugerirem que esse limite fosse elevado para um salário mínimo, tanto Serys como o relator da proposta, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), concordaram com a alteração do texto da matéria.

Ao justificar seu projeto, Serys

Slhessarenko argumenta que “os concursos públicos deveriam ser acessíveis a todos, mas atualmente privilegiam as camadas mais abastadas da sociedade, uma vez que os custos das taxas de inscrição os tornam impraticáveis para os mais pobres”.

A proposta, que foi aprovada por unanimidade na comissão, define que a renda *per capita* “será obtida por meio da divisão da renda familiar total pelo número de componentes do grupo familiar”.

## Criação de municípios tem substitutivo de Jereissati

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania substitutivo a projeto (PLS 98/02–Complementar) que fixa condições para que estados possam criar, incorporar, fundir e desmembrar municípios. O texto estabelece regras que podem garantir a manutenção de municípios surgidos a partir da Emenda Constitucional 15, de 1996, com base em legislações estaduais consideradas inconstitucionais. Para a validação desses atos, o senador sugere como critério o

efetivo funcionamento do município, com vereadores e prefeitos eleitos e empossados.

A votação da matéria foi adiada em razão de pedido de vista coletivo, encabeçado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). O texto resultou do exame de quatro projetos que já tramitavam no Senado, com a finalidade de regulamentar a emenda constitucional, já que esse diploma prevê a necessidade de lei complementar para fixar período e condições para que estados possam criar municípios

ou, ainda, em relação aos já existentes, promover incorporações e desmembramentos de áreas, além de fusões.

Os quatro projetos sobre o assunto passaram a tramitar em conjunto em maio, depois da aprovação de requerimento da CCJ pela Mesa. Jereissati consolidou sugestões dessas propostas, mas, só podendo indicar a aprovação de uma delas, adotou o princípio da precedência e recomendou a aprovação do mais antigo, o PLS 98/02–Complementar, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

## Projeto que institui nova secretaria vai ao Plenário

Proposta que cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. O projeto de lei (PLC 72/08) foi apresentado pelo governo após o Senado ter rejeitado, em setembro passado, a medida provisória que instituiu o órgão, mas com o nome de Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

A matéria, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, ainda tem de ser votada pelo Plenário do Senado. Segundo a iniciativa, que cria 79 cargos em comissão e um de ministro de Estado, essa secretaria deve “assessorar direta e imediatamente o presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para a formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional”.

O relator do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), lembrou que uma das responsabilidades do órgão – que está em atividade de forma provisória, sob a chefia de Roberto Mangabeira Unger – é coordenar o Plano Amazônia Sustentável.

## Decisão sobre precatório fica para a próxima semana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania adiou para a próxima quarta-feira a votação do substitutivo a sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam dos precatórios. O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ressaltou que ainda podem ser apresentadas emendas ao texto. Entre as medidas previstas está a realização

de leilões para que os precatórios sejam pagos com desconto.

O assunto voltou a provocar polêmica na CCJ. Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou que o substitutivo “afronta a Constituição e legaliza o calote”. Disse que, se o texto for aprovado pelo Congresso, a Ordem dos Advogados do Brasil recorrerá ao Supremo Tribunal Federal.

## Volta a atuar grupo de trabalho sobre processo penal

O grupo de trabalho que, no segundo semestre do ano passado, avaliou propostas de modificação do Código do Processo Penal (CPP) no âmbito da reforma do Judiciário deverá ser recriado pelo Comissão de Justiça. O colegiado aprovou ontem requerimento de Ideli Salvatti (PT-SC) com esse objetivo.

A senadora, que coordenou o grupo,

lembrou que três dos cinco projetos defendidos por essa equipe já foram aprovados pela Câmara dos Deputados e poderão receber a sanção presidencial na próxima semana. Além de Ideli, o grupo era composto por Jefferson Péres, que faleceu no mês passado, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Em audiência promovida por comissão mista, Renato Casagrande cobra do Executivo conclusão dos estudos para elaboração de projeto nacional sobre o clima

## Governo enviará proposta de política sobre mudança no clima

O governo deverá enviar ao Congresso Nacional ainda este mês o projeto da Política Nacional sobre Mudança do Clima. O anúncio foi feito ontem pelo subchefe-adjunto de Políticas Governamentais da Presidência da República, Jhaness Eck, durante audiência pública promovida pela Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas.

Ainda durante a tramitação da proposta, adiantou Jhaness Eck, o governo vai trabalhar na definição do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, por meio do qual serão detalhadas as medidas a serem adotadas para reduzir as emissões brasileiras de gases que provocam o efeito estufa.

Logo no início da audiência pública, o relator da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES), cobrou dos representantes do Poder Executivo uma definição a respeito da conclusão dos estudos para a elaboração da política na-



Jhaness Eck (E), Ruy Leite de Barros, deputado Ricardo Trípoli e Renato Casagrande

cional de mudança climática. Ele observou que os prazos definidos em decreto presidencial que criou a comissão encarregada da tarefa já tinham sido esgotados.

### Vantagens

O diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Ruy de Góes Leite de Barros, disse que o primeiro passo para se saber como o Brasil poderá reduzir suas emissões de gases do efeito estufa é conhecer a natureza dessas emissões. Ele informou que 55% das emissões estão ligadas à chamada mudança de uso de solo

– onde se inclui o desmatamento – e 25% à agropecuária.

O coordenador-geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, confirmou as “vantagens comparativas” brasileiras em relação à matriz energética. Mas defendeu maior ênfase na busca de fontes alternativas, como a bioeletricidade – que usa como insumos o biodiesel e resíduos agrícolas – e a energia dos mares, que vem sendo estudada pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/URRJ), do qual é diretor.

## Kátia Abreu defende ações para suprir demanda por alimentos

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) fez uma análise da escala ascendente dos preços dos alimentos no mundo e alertou o governo brasileiro para importância do estabelecimento de políticas de longo prazo voltadas para suprir a demanda por produtos agrícolas no planeta. Isso permitiria que a crise global iniciada nos Estados Unidos trouxesse lucros ao país, disse a senadora, que se reportou a matéria da revista *Veja* desta semana sobre o assunto.

Kátia Abreu afirmou que uma das razões para a crise no setor de alimentos foi o fracasso da especulação imobiliária nos Estados Unidos, que levou especuladores americanos a migrarem seus investimentos para o setor de *comodities* – produtos básicos da agricultura e pecuária, minerais e da indústria – do mundo todo, elevando o preço no mercado financeiro futuro das ações do agronegócio.

Outros fatores apontados pela

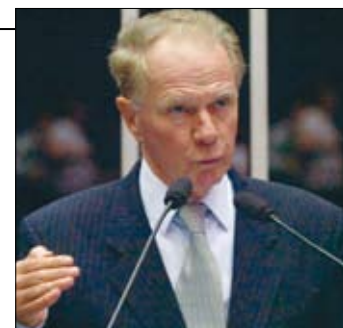


Kátia Abreu: problemas climáticos, preço do petróleo e especulação geram crise

senadora foram os problemas climáticos enfrentados em grandes países produtores, como a Ucrânia e a Austrália, e o aumento do preço do barril de petróleo.

## Camata comemora sanção de duas leis pela Presidência

Gerson Camata (PMDB-ES) comemorou ontem a sanção do vice-presidente José Alencar, no exercício da Presidência da República, a duas leis de interesse do estado do Espírito Santo. A primeira, de iniciativa do próprio senador, homenageia a colônia italiana no Brasil ao instituir o Dia Nacional da Imigração Italiana, a ser come-



Homenagem à colônia italiana e mudança em reserva alegam Camata

morado todo dia 21 de fevereiro. Segundo ele, a homenagem configura o reconhecimento do Poder Legislativo a uma parcela importante da população.

A segunda lei a que se referiu Gerson Camata “corrige um erro gravíssimo cometido no governo Fernando Henrique, talvez sem o conhecimento do presidente”, avaliou. Segundo informou, o Ministério do Meio Ambiente de FHC decretou uma reserva ambiental denominada Unidade de Conservação do Parque Nacional dos Pontões, que obrigou a desapropriação de dois municípios, expulsando 72 mil pessoas de suas propriedades, além de ter estagnado o desenvolvimento regional.

## Valter Pereira: índios já se consideram “independentes”

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) citou ontem declarações do advogado Celso Serra à imprensa analisando a Amazônia e a questão indígena e afirmando que os índios da região já se consideram independentes. Segundo o senador, o advogado também acusou o governo de se equivocar ao denominar as reservas indígenas de “territórios”.

– Isso é inadmissível, porque só pode existir um território, que é o território nacional. Mas os índios não querem mais ser brasileiros, já se julgam independentes, confiantes na ratificação da declaração dos direitos dos povos indígenas pelo Congresso.

Sempre se referindo às declarações do advogado, Valter Pereira



Para Valter Pereira, só pode existir no Brasil o território nacional

disse ainda que as tribos indígenas estão sendo manipuladas por ONGs estrangeiras, com o objetivo de transformar reservas indígenas em países autônomos, “nos termos da declaração da ONU que o Itamaraty ingenuamente aceitou”.

## Agricultores temem perder terras, diz Neuto de Conto

Há uma grande insegurança entre os agricultores do Planalto Norte de Santa Catarina, pois, “a cada dia, surge um novo decreto para novas medições de terras indígenas, de quilombolas, de novos corredores ecológicos e novos parques ecológicos”, o que pode levar à desapropriação de suas terras. A advertência foi feita ontem pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC).

Neuto de Conto reconhece a necessidade da preservação ecológica, principalmente da Mata Atlântica que resta em



Senador reconhece necessidade de preservar a Mata Atlântica

Santa Catarina, mas ponderou que, curiosamente, as regiões que costumam se desenvolver mais no mundo são aquelas que já foram desmatadas.

Assim, ele se posicionou no Senado ao lado dos que “lutam, trabalham e querem o meio ambiente, a preservação das matas, mas querem, também, a prosperidade”.

## Jayme Campos: Abin deve explicar presença estrangeira na Amazônia

O senador Jayme Campos (DEM-MT) deseja que o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, explique as atividades de organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras na Amazônia. Dados oficiais citados pelo parlamentar indicam que 33 mil imóveis rurais estão registrados em nome de pessoas e empresas estrangeiras, totalizando uma área de 5,5 milhões de hectares, maior do que o território do Rio Grande do Norte.

Jayme Campos afirmou que irá apresentar à comissão externa temporária que avalia o risco ambiental em 36 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe),



Jayme Campos vai propor sessão secreta em comissão para ouvir Paulo Lacerda

que preside, requerimento para realização de sessão secreta com Paulo Lacerda. O senador citou reportagem veiculada no programa *Fantástico*, da TV Globo, na qual um jornalista comprou terra na Amazônia pela rede mundial de computadores, a internet.

## Marina: questão ambiental entrou no coração da agenda do Brasil



Marina foi aplaudida e recebeu a saudação de 32 senadores em Plenário

Após cinco anos e quatro meses afastada da tribuna do Senado, a ex-ministra do Meio Ambiente e senadora Marina Silva (PT-AC) fez ontem seu primeiro discurso ao retornar ao Parlamento. Ela analisou detalhadamente sua atuação à frente do ministério, agradeceu a subordinados, instituições e associações que a ajudaram e a apoiaram durante sua gestão e, antes de ser apartada por 32 senadores, foi aplaudida pelos presentes no Plenário do Senado.

– Nesses últimos cinco anos, vi a questão ambiental ser colocada no coração da agenda deste país. Vi a questão ambiental ser debatida todo dia, como até há bem pouco tempo eram discutidas as questões econômicas e questões importantes de outra natureza.

Marina também agradeceu a todas as legendas partidárias pelo apoio na aprovação de leis enviadas pelo ministério ao Congresso, como a Lei de Gestão de Flores-

tas Públicas e a lei que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A senadora agradeceu ainda ao presidente Lula “pela confiança”, e ao suplente, o ex-senador Sibá Machado, por tê-la substituído “com capacidade”.

– Na Amazônia, no Cerrado ou em qualquer um dos biomas brasileiros, não está impedido o desenvolvimento, se formos capazes de fazê-lo com sustentabilidade.

### Política de país

De acordo com Marina, a melhor forma de realizar uma “política de governo” seria fazer uma “política de país”.

– Quando você faz política de país, você ajuda os governos. E para fazer política de país é fundamental que não estejamos presos à lógica que, muitas vezes, perpassa a política. Na questão ambiental, a política estruturante é aquela que pensa antes nas futuras gerações. Elas podem não render a frase de efeito no momento, a popularidade. Mas é o que precisa ser feito em um Estado e em um país que tem uma Constituição, no seu artigo 225, que assegura que todo cidadão brasileiro tem direito a um ambiente saudável e que esse cidadão não é apenas o que está aqui, mas aquele que ainda não nasceu.

A senadora afirmou que sua saída do governo tem a pretensão de contribuir para que se consolidem as conquistas.

– Nada de revogar a resolução do Conselho Monetário! Nada de redução de reserva legal.

Senador requer esclarecimentos sobre acusação da ex-diretora da Anac, segundo a qual a ministra da Casa Civil teria favorecido um grupo americano na compra da Varig

## Virgílio pede explicações a Dilma sobre denúncia de Denise Abreu

A denúncia da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu de que a ministra da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, teria favorecido o fundo norte-americano Matlin Patterson e três sócios brasileiros durante a venda da VarigLog e da Varig, levou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a requerer informações à ministra.

– Desta vez ela vai precisar enfrentar a verdade e abrir mão de sua tropa de choque – disse.

O grupo americano adquiriu a empresa aérea por US\$ 24 milhões, em leilão, no final de 2006. Logo depois, a Varig foi vendida à



Virgílio: Dilma terá que enfrentar a verdade

Gol por US\$ 320 milhões.

Também Demostenes Torres (DEM-GO) considerou graves as afirmações de Denise Abreu, feitas em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Para o senador, a situação “pode ser caso de CPI, pois

fato determinado existe”.

Já o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recomendou cautela na avaliação das denúncias. Para ele, ainda que Denise Abreu tenha ocupado um posto-chave no governo, suas acusações só têm peso se ela tiver condições de apresentar provas. Na sua avaliação, a convocação de Dilma para prestar esclarecimentos neste momento seria prematura.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que há, “mais uma vez, uma tentativa de politizar um fato em cima de Dilma”, ou o “ressentimento de alguém que quer marcar posição”.

## Painel fará homenagem a imigrantes japoneses

Descendentes dos imigrantes japoneses estiveram ontem no Congresso para o lançamento oficial do projeto Origami do Centenário, cujo objetivo é a construção de um painel, composto por 500 mil origamis (dobraduras de papel) com mensagens e desejos escritos em seu interior, formando o desenho das bandeiras do Brasil e do Japão. O projeto, promovido em conjunto pelos três Poderes, integra as comemorações do centenário da imigração japonesa. O painel será instalado no Congresso. De acordo com Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a idéia é expandir o projeto para todos os estados. Quem quiser participar pode depositar seu origami nas urnas localizadas na Câmara dos Deputados.

## Criada Frente Nacional contra o Trabalho Escravo

Foi criada ontem, em ato na Câmara dos Deputados, a Frente Nacional em Defesa da PEC 438/01 e contra o Trabalho Escravo, formada por políticos e representantes de centrais sindicais. A frente objetiva mobilizar parlamentares a favor da proposta que prevê a expropriação, para fins de reforma agrária, de terras onde haja pessoas trabalhando em situação análoga à de escravo. Segundo José Nery (PSOL-PA), falta entendimento entre os líderes para aprovar a PEC na Câmara, pois “há parlamentares que temem punições indevidas”. O senador assegurou que irregularidades trabalhistas não serão confundidas com trabalho escravo, “porque o Código Penal já determina o que é trabalho escravo”.

## César Borges elogia ação do governo baiano

César Borges (PR-BA) elogiou o lançamento, pelo governo de seu estado, do programa Acelera Bahia, de incentivo ao setor industrial. O programa, explicou o senador, é

um conjunto de incentivos fiscais que irão beneficiar, por exemplo, o Pólo Industrial de Camaçari, um dos maiores da América Latina. Camaçari responde por 50% da produção de petroquímicos do país, embora, segundo César Borges, enfrente vários problemas.

## HERÁCLITO QUER INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS INACABADAS NO PIAUÍ

Heráclito Fortes (DEM-PI) anunciou que está dando início a um processo de questionamento sobre as obras inacabadas no Piauí nas áreas de estradas, saúde e educação. O senador explicou que a iniciativa é uma resposta ao ataque feito pelo presidente do Partido dos Trabalhadores no Piauí, Fábio Novo, que o acusou de ter cometido crime de responsabilidade por não ter concluído as obras do pronto-socorro de Teresina quando foi prefeito da cidade.

## IDELI PREVÊ NOVA “ERA DE OURO” PARA A INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Depois do sucateamento que vigorou entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 2000, a indústria naval brasileira retoma suas atividades com grande impulso em razão, principalmente, das encomendas da Petrobras. Foi o que disse ontem a líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC). Para ela, as decisões de investimento no setor e a determinação do governo de nacionalizar as encomendas da Petrobras levarão a uma nova época áurea para os estaleiros.

## EXPEDITO JÚNIOR APELA À CÂMARA POR VOTAÇÃO DA PEC DE SERVIDORES

O senador Expedito Júnior (PR-RO) fez um apelo ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, para que coloque em votação proposta de emenda à Constituição (PEC 483/05) que inclui os servidores públicos, civis e militares, custeados pela União até 31 de dezembro de 1991, no quadro em extinção da administração federal do ex-território federal de Rondônia. A matéria é de iniciativa da senadora Fátima Cleide (PT-RO) e foi aprovada pelo Senado, em segundo turno, em novembro de 2005.

## Papaléo pede isonomia entre polícias militares

Papaléo Paes (PSDB-AP) leu ontem documento assinado pelo coronel Gastão Valente Calandrini de Azevedo, comandante da Polícia Militar do Amapá, no qual este protesta pelo fim do vínculo dos vencimentos entre policiais e bombeiros militares dos ex-territórios e os do Distrito Federal. Na carta, o coronel pede à bancada federal do Amapá a criação de dispositivos para tentar recuperar as perdas salariais sofridas pelas duas categorias.

Leopoldo Silva



Serys Shhessarenko pretende apresentar relatório no dia 18

## Projeto da LDO recebe quase 3 mil emendas

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 recebeu 2.939 emendas de deputados, senadores e das comissões permanentes do Congresso, conforme levantamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A relatora do projeto, senadora Serys Shhessarenko (PT-MT), está examinando todas as emendas, devendo apresentar seu relatório final no dia 18 de junho.

Exatamente 1.600 emendas foram apresentadas ao chamado Anexo de Metas e Prioridades, no qual são listados todos os programas e projetos do governo que poderão receber verbas no próximo ano. Pela legislação, se um programa não constar nesse anexo, não poderá receber verbas do Orçamento.

### Autorização

Outras 1.339 emendas foram apresentadas para modificar ou corrigir as regras para elaboração do Orçamento federal de 2009. Várias emendas visam alterar o artigo 69 do projeto da LDO, o qual autoriza o governo a gastar até 3/12 (três doze avos) de cada programa em 2009, mesmo com novos investimentos, caso o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) não seja aprovado pelo Congresso Nacional até o dia 22 de dezembro deste ano (a proposta chegará ao Legislativo no próximo 31 de agosto).

No caso de gastos obrigatórios e legais da União (salários, encargos sociais, juros da dívida, bolsas de estudo, alimentação escolar etc.), a LDO já autoriza o gasto de 1/12 (um doze avos) por mês, evitando que a máquina pública seja paralisada se houver atraso no exame do Orçamento.

Paim argumenta que proposta aprovada pela CRA permitirá a inclusão de mais trabalhadores na formalidade, além de impedir que o empregador rural deixe de ter acesso ao benefício

# Produtor com até dois empregados pode manter condição de segurado

Projeto que estende a condição de segurado especial da Previdência Social a pequenos produtores rurais que tenham até dois empregados foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A legislação atual determina que apenas produtores sem nenhum empregado podem ter acesso ao benefício previdenciário.

O autor da proposta (PLS 21/08), Paulo Paim (PT-RS), destacou que a iniciativa visa à melhoria da condição de vida do produtor rural. O senador explicou que muitos deles precisam de ajuda na época da colheita e por

isso acabam contratando terceiros.

– É injusto e descabido que o produtor perca a condição de segurado especial pela simples contratação de até dois empregados – disse.

Paim argumentou ainda que a medida permitirá a inclusão de mais trabalhadores na formalidade, uma vez que esses dois empregados poderão ser registrados legalmente sem que o produtor rural perca o benefício especial.

A matéria será examinada agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. Paim comprometeu-se com os parlamen-

tares da Comissão de Agricultura a retirar o projeto da CAS se a iniciativa estiver totalmente contemplada em medida provisória (MP 410/07) que se encontra em tramitação no Congresso. O senador afirmou que estudará melhor essa MP para decidir como agir.

Por sua vez, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observou, em defesa da proposta, que o tratamento especial que o sistema previdenciário dispensa ao trabalhador rural “constitui hoje uma das políticas sociais mais impactantes em termos de distribuição de renda e de inclusão social”.



Senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debatem projeto de iniciativa de Paulo Paim (E), que teve Flexa Ribeiro (D) como relator

## Comissão acolhe proposta que beneficia aqüicultores

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem projeto de lei (PLC 56/07) de iniciativa da Câmara dos Deputados que equipara aos produtores rurais os produtores de peixes, crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada. Os beneficiados poderão ser pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à produção ou industrialização de pescados cultivados. A matéria vai ao exame do Plenário.

Foi aprovado ainda pela comissão projeto (PLS 523/03) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) determinando que a prova testemunhal passe a ser aceita pela Previdência como comprovação de exercício da atividade rural. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

Também foi acolhido pela CRA projeto (PLS 171/04) do então senador Ramez Tebet que permite a utilização do trabalho temporário na área rural, a exemplo do que ocorre nas empresas urbanas. A relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), explicou que o objetivo da proposição é “não tratar o trabalhador rural de maneira diferente da que é tratado o trabalhador da cidade”. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois será analisada pela CAS, em caráter terminativo.

### Leite

Aprovado pela CRA, será enviado à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão conclusiva, projeto (PLS 4/07) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos e equipamentos usados na produção de leite.

## Neuto de Conto aplaude defesa do etanol pelo presidente Lula

O presidente da Comissão de Agricultura, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), parabenizou o presidente Lula pela defesa que fez da produção de etanol e dos biocombustíveis. A manifestação do chefe do governo ocorreu na abertura da Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, no último dia 31.

O senador destacou que o Brasil utiliza apenas 7,3% do seu território para a agricultura e, mesmo assim, consegue alimentar mais de 190 milhões de habitantes e ainda é o maior exportador de alimentos do mundo. Do total da área usada para a produção agrícola, destacou Neuto de Conto, somente 1% destina-se à cultura de cana-de-açúcar.

– Não podemos aceitar interferências de quem não conhece o Brasil. Podemos aumentar quatro vezes nossa produção agrícola sem agredir o meio ambiente nem as reservas permanentes. Isso nos dará oportunidade de ser o maior exportador de alimentos e também de etanol do mundo – afirmou.

O senador comunicou que está tentando agendar para quarta-feira audiência da comissão destinada a ouvir o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Disse, porém, que o encontro ainda não foi confirmado.

A comissão adiou a análise de projeto (PLS 475/03) do então senador Jonas Pinheiro que prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras de propriedades localizadas nas faixas de fronteira. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) fez uma mudança no seu relatório e fixou prazo de cinco anos para essa regularização.



Temporão participou ontem de audiência pública no Senado

## Para Temporão, só os muito ricos não usam o SUS

Em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que somente 0,5% da população brasileira (os muito ricos) não usa os serviços públicos de saúde.

Mesmo os brasileiros de classe média alta quando se acidentam ou precisam de remédios caros para tratar doenças crônicas, por exemplo, apelam para o Sistema Único de Saúde (SUS), segundo o ministro. Ele defende a aprovação pelo Congresso de fonte de financiamento segura, permanente e exclusiva para o setor.

No debate, proposto por Papaléo Paes (PSDB-AP) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), Temporão disse que quem ganhou com a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foram os bancos e as grandes empresas, pois, na sua opinião, os pobres e a classe média não tinham seus orçamentos afetados pela contribuição.

### Divergência

Ao responder a perguntas de Eduardo Suplicy (PT-SP), Flávio Arns (PT-PR) e Kátia Abreu (DEM-TO) – esses dois últimos declararam-se contra a CSS – sobre financiamento da saúde, o ministro comentou que os recursos da CPMF “foram apropriados novamente pelas grandes empresas”.

Kátia Abreu argumentou que quem deixou de pagar a CPMF “foi a empregada doméstica no preço do arroz, do café e de outros produtos que incorporavam o tributo”.

J. Freitas